

PARECER JURÍDICO

PROCESSO SCDOC 6013/2020

INTERESSADO: Diretoria Técnica e Comercial da CEGÁS.

TERMO DE COLABORAÇÃO PARA PESQUISA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ENTRE A FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNCAP) E A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ (CEGÁS)

EMENTA: *Termo de Colaboração para Pesquisa Voltada ao Desenvolvimento de Tecnologia entre a FUNCAP e a CEGÁS – Objeto: estabelecer condições para selecionar e apoiar pesquisa científica e tecnológica cooperativa. – Fundamento no art. 27, §3º c/c Art. 29, inciso XIV, da Lei nº 13.303/2016, e nos arts. 3º e 20, da Lei nº 10.973/2004. Competência da Assembleia Geral da CEGÁS.*

DOS FATOS

Tratam os autos de solicitação de análise e emissão de parecer jurídico, advinda do Assessor de Diretor Técnico e Comercial, acerca da realização de Termo de Colaboração para pesquisa voltada ao desenvolvimento de tecnologia, a ser firmado entre a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

Constitui objeto do Termo estabelecer condições para que a Funcap selecione e apoie pesquisa científica e tecnológica cooperativa, a ser desenvolvida no Estado do Ceará, por empresas ou pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino do Ceará, por empresas ou pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) e/ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), públicas ou privadas, selecionados mediante Chamada de Proposta de Pesquisa.

Para a análise da solicitação em questão, chegam os autos a esta Assessoria com a seguinte documentação:

- I. Às fls. 02/04, Justificativa exarada pelo Assessor de Diretor Técnico e Comercial, com o de acordo do Diretor Presidente da CEGÁS, expondo a necessidade da contratação em tela, conforme a seguir transcrito:
- Em sua revisão do planejamento estratégico, realizado em 2017, promovido pela Diretoria da CEGÁS em conjunto com os gestores estabeleceu-se a Visão 2025: 'Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará'. Para a consecução deste objetivo estratégico faz-se necessária a articulação de alianças com Institutos de Pesquisa e Fomento à Inovação. Nesse sentido a FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, têm como objetivo estabelecer as condições para selecionar e apoiar pesquisa científica e tecnológica cooperativa, a ser desenvolvida por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa, públicas ou privadas, no Estado do Ceará.*
- As pesquisas devem ajudar a construir competências científicas e tecnológicas, incentivar alianças estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico, promover a disseminação do conhecimento e gerar resultados que tenham potencial para aplicações com um valor de mercado, nas áreas de interesse da CEGÁS.*
- O primeiro termo de colaboração para pesquisa voltada ao desenvolvimento de tecnologia entre a FUNCAP e a CEGÁS foi assinado entre as partes em 19 de setembro de 2018 e atualmente está em vigor, já tendo sido iniciada a fase de pesquisas.*
- Nesse sentido, propõe-se a continuidade desta parceria com a assinatura do segundo termo de colaboração para pesquisa voltada ao desenvolvimento de tecnologia entre a FUNCAP e a CEGÁS. Este novo Termo permitirá o lançamento de um edital pela FUNCAP para a seleção de propostas de pesquisa nas áreas pré-selecionadas pela CEGÁS. Esta seleção convidará propostas de atividades de pesquisa de empresas ou pesquisadores vinculados à IES e/ou ICT, públicas ou privadas, no Estado do Ceará.*

A seleção das propostas dos interessados será realizada pelo Comitê Gestor da Cooperação (CGC), constituído por dois representantes da FUNCAP e dois representantes da CEGÁS.

Para o acompanhamento das atividades do presente Termo, a FUNCAP e a Cegás formarão um Comitê Gestor da Cooperação (CGC), constituído por dois representantes da FUNCAP e dois representantes da Cegás, os quais deverão ser nomeados por representantes legais das Partes, em documento formal, após a assinatura deste Termo.

Os representantes da FUNCAP terão as seguintes responsabilidades:

- a) Participar de reuniões periódicas com os pesquisadores;*
- b) Realizar visitas para acompanhar a execução;*
- c) Fazer acompanhamento físico/financeiro.*

Os representantes da Cegás terão as seguintes responsabilidades:

- a) Participar da fase de seleção das propostas junto a Câmara de Assessoramento da FUNCAP, avaliando as propostas com base em critérios técnicos e de acordo com os procedimentos da FUNCAP para análise e seleção de propostas, especificados no Anexo IV;*
- b) Supervisionar/avaliar a execução dos trabalhos, inclusive realizando visitas, sugerindo soluções para questões técnicas e/ou financeiras, sendo consultados, quando for o caso, os respectivos superiores de cada Parte;*
- c) Participar de reuniões periódicas com os pesquisadores;*
- d) Gerenciar o projeto conforme plano de trabalho apresentado, monitoramento o avanço físico e financeiro.*

As propostas a serem encaminhadas ao CGC deverão atender as áreas de interesse de pesquisa constantes do termo de colaboração que são:

- a.1) Sistema de cadastro e navegação nos Ativos: Sistema ser instalado em cada ESTAÇÃO, CAIXA E CLIENTES baseado em IoT.*

Requisitos básicos: Cada caixa, estação ou ativo instalado em via pública e devidamente cadastrado deverá possuir um sistema de (IoT) capaz de transmitir informações gerenciais tais como volume, localização, estado operacional (ativado/desativado), etc

- a.2) Definição dos locais para controle, através de sistema de monitoramento da dispersão do Biometano na rede de distribuição com*

a avaliação do impacto da mistura por pontos de análise (sistema de análise de composição de baixo custo por monitoramento remoto).

Requisitos básicos: Avaliação da mistura na rede (proporção de mistura em cada ponto em base horária) através do PCS, com instrumento de baixo custo, de maneira a obter a eficiência da combustão da mistura, determinação da zona de influência da mistura, e mapeamento de clientes sensíveis a esta.

a.3) Otimização do processo de leitura do consumo de clientes residenciais e comerciais com envio direto para o Centro de controle e tratamento dos dados de forma automatizada permitindo Pré-Faturamento e apresentação de análise de viabilidade técnica e econômica para implantação em larga escala.

Requisito básico: Tecnologia para redução de custo de processo, com eliminação de leitura manual e faturamento 100% automatizado.

O presente Termo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de 36 (trinta e seis) meses, sendo possível a prorrogação, desde que devidamente justificada, em conformidade com a legislação vigente. Os Contratos e/ou Termo de Concessão e Aceitação de Auxílio, detalhados no Anexo II, item 2, alínea "d", terão duração máxima de 18 (dezoito) meses, sendo possível a prorrogação, desde que devidamente justificada, em conformidade com a legislação vigente e limitada à vigência deste Termo.

- II.** Às fls. 05/14, Documentação constitutiva da FUNCAP;
- III.** À fl. 15, Publicação no DOE-CE, referente à nomeação do representante legal da FUNCAP;
- IV.** Às fls. 16/23, Certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista, e junto ao FGTS, referentes à FUNCAP;
- V.** Às fls. 24/25, Documentação pessoal o representante legal da FUNCAP;
- VI.** Às fls. 26/40, Minuta do Termo de Colaboração a ser firmado, com os respectivos anexos;
- VII.** À fl. 41, Comprovante de inscrição e de situação cadastral da FUNCAP no CNPJ;
- VIII.** À fl. 42, Solicitação de dotação orçamentária;

IX. Às fls. 43, Dotação Orçamentária exarada pela Gerente de Planejamento, comprovando a existência de verba disponível para a realização do presente;

Foram os fatos.

Passamos à análise.

DO DIREITO

Inicialmente, cumpre esclarecer que os convênios administrativos e instrumentos congêneres são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos particulares. Convênio (sentido amplo) é acordo, mas não é contrato. No contrato, as partes têm interesses diversos e opostos; no convênio, os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Por outras palavras, no contrato há sempre duas partes (podendo haver mais de dois signatários), uma que pretende o objeto do ajuste e a outra que pretende a contraprestação correspondente, diversamente do que ocorre no convênio, em que não há partes, mas unicamente partícipes com as mesmas pretensões.

Saliente-se que a CEGÁS é uma sociedade de economia mista, criada através da Lei nº12.010 de 05/10/1992, sendo uma exploradora de atividade econômica, estando vinculada ao que preceitua o art. 173, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

Como sociedade de economia mista, vincula-se, ainda, ao que prevê a Lei nº 13.303/2016, normativo que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais. Assim, impõe-se o disposto no art. 27, § 3º, da mencionada lei, que permite a celebração de convênios, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, conforme o abaixo transcrito:

§ 3º A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.

E continua:

§ 2º O convênio ou contrato de patrocínio celebrado com pessoas físicas ou jurídicas de que trata o § 3º do art. 27 observará, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.

Em julgado clássico, e numa leitura análoga, o Colendo Tribunal de Contas da União (TCU) explicou a extensão da utilização residual da licitação aos convênios e instrumentos congêneres:

7. Entendemos que o mencionado dispositivo do Estatuto das Licitações é aplicável tão-somente nas hipóteses em que não seja possível a utilização do convênio, ou seja, quando inexistem interesses recíprocos entre as partes envolvidas, que podem ser alcançados em regime de mútua cooperação. **Presentes estas circunstâncias, que viabilizam a assinatura de convênio, pensamos estar descartada a necessidade de licitação, mesmo**

porque não existe qualquer dispositivo legal que coloque o procedimento licitatório como antecedente necessário ao estabelecimento de convênios. (TCU 278/96, Ata 19/96, Processo TC 020.069/93-6, Rel. Min. Iram Saraiva. Pub. DOU de 17.6.1996)

Acrescente-se que a própria Lei nº 13.303/2016 prevê hipótese de dispensa de licitação em contratação relacionada a incentivos à inovação tecnológica, conforme transcrição abaixo:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...)

XIV - nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;

Quanto à supracitada Lei nº 10.973/2004, que sofreu recente alteração pela Lei nº 13.243/2016, trata-se de legislação que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Para análise da solicitação em tela, cabe destaque aos dispositivos citados pela Lei nº 13.303/2016, que preveem o que segue:

Art. 3º. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e **apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.**

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes

de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

(...)

Art. 20. **Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar diretamente ICT, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas**, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, **visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.**

Com efeito, a Lei nº 10.973/2001 objetiva o estabelecimento de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, visando à capacitação e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Para tanto, a norma apresenta dispositivos que visam a desburocratizar as contratações voltadas à pesquisa e à inovação.

Por sua vez, a Lei nº 13.303/2016 apresenta hipóteses em que as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão realizar contratos, sem licitação prévia, com o objetivo de dar cumprimento aos artigos 3º, 4º, 5º e 20 da Lei da Inovação, recentemente alterada pela Lei nº 13.243/2016, também conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dentre as hipóteses, é possível a contratação direta para concretizar o apoio previsto à constituição de aliança estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICT e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

Ademais, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 10.973/2004, é autorizado às estatais contratar diretamente Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICT, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em

consórcio, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.

No âmbito do Estado do Ceará, no que tange à celebração de convênios e instrumentos congêneres por órgãos e entidades da Administração Pública, o instrumento encontra amparo legal também na Lei Complementar nº 119/2012 (e alterações), observada em nome da aplicação de boas práticas, segundo a qual:

IV - Instrumento Congênere: instrumento que, independente da terminologia estabelecida na legislação, disciplina a transferência de recursos públicos pelos órgãos e entidades estaduais, para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, visando à execução de ações em regime de parceria;
(...)

XVIII - Plano de Trabalho: parte integrante do convênio ou instrumento congênere, que contém a descrição detalhada das metas, etapas ou fases do objeto a ser executado, definindo todos os aspectos físicos e financeiros da sua execução;

E continua:

Art. 8º A aprovação ou seleção de Plano de Trabalho, proposto por pessoas jurídicas de direito privado e por pessoas físicas, para fins de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres, deverá observar as condições e exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O Plano de Trabalho previsto no caput deverá conter, no mínimo:

- I – identificação do objeto a ser executado;
- II – metas a serem atingidas;
- III – etapas ou fases de execução;
- IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas programadas;

VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

Verifica-se nos autos a juntada de toda a documentação necessária à celebração do Termo de Colaboração, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 supracitada, uma vez que, estão presentes nos autos Justificativa da setorial para a realização do presente, juntamente à Minuta do Termo de Colaboração a ser firmado, e como anexo o Plano de Trabalho contendo cronograma de etapas e metas a serem atingidas, o plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelas partes, e o cronograma proposto de desembolso.

CONCLUSÃO

Isto posto, considerando que consta dos autos, inclusive a justificativa da setorial responsável, opina esta Assessoria Jurídica favoravelmente pela assinatura do Termo de Colaboração, por estarem de acordo com os termos da legislação vigente o procedimento e os termos do instrumento jurídico a ser firmado.

Ressalta-se que o instrumento deverá ser encaminhado para a autorização da Assembleia Geral de Acionistas conforme determina o art. 7º, inciso XI, do Estatuto Social da CEGÁS. Após assinatura do termo, publique-se para que venha a surtir seus jurídicos e legais efeitos.

É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 10 de janeiro de 2020.

De acordo:


SUYANNE PEDROSA
ASJUR - CEGÁS


GEOVANA FRÓES
ASSESSORA JURÍDICA